



DA NECESSIDADE DE UMA DEMOCRACIA COGNITIVA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Joelson de Sousa Morais¹

Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento²

Resumo

Este artigo apresenta uma revisão de literatura, trazendo algumas implicações acerca da formação de professores, focalizando os saberes que devem/podem ser priorizados no contexto formativo, que se consolidará em maior proporção na prática cotidiana profissional. Questiona o problema: como os saberes da formação inicial podem contribuir para o desenvolvimento de uma prática pedagógica consciente, crítica, reflexiva e emancipatória na perspectiva da profissionalização docente? O objetivo é refletir acerca da formação inicial de professores quanto aos processos de compreensão/apropriação dos saberes necessários ao ensino. Considera que, na universidade, é preciso um repensar de suas práticas, partindo da atuação dos atores que a compõem, em articulação com outros contextos socioculturais necessários ao desenvolvimento de uma cultura humana e complexa, evitando qualquer forma de segregação e compartimentalização do saber.

Palavras-chave: Formação de Professores. Política Educacional. Universidade. Justiça Cognitiva. Profissionalização Docente.

THE NEED FOR DEMOCRACY LEARNING IN THE PROCESS OF TEACHER EDUCATION

Abstract

This article presents a literature review, bringing some implications on teacher education, focusing on the knowledge that should / can be prioritized in the training context, which will be consolidated in greater proportion in the professional daily practice. It questions the problem: How the knowledge of initial training can contribute to the development of a conscious, critical, reflective and emancipatory pedagogical practice on the perspective of the teacher professionalization? The goal is to reflect on the initial teachers training on the understanding / appropriation processes of knowledge needed for

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte(UFRN/2015). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão-FACEMA (2012). Professor do Departamento de Educação do Centro de Estudos Superiores de Caxias-CESC da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Pesquisa acerca da Formação de Professores e Práticas Pedagógicas, com ênfase nos seguintes temas: Formação Continuada de Professores; Metodologia da Pesquisa; Cotidiano Escolar; Saberes, Identidade e Profissionalização Docente; Currículo e Pesquisa Narrativa. E-mail: <joelsonmorais@hotmail.com>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2015), compõe o grupo de estudos sobre Formação e Profissionalização Docente. Participante do Grupo de Pesquisa em Didática do Ensino Superior - GEPEDES/CNPQ. Participou de um Estágio do Doutorado em Educação (pesquisa comparativa sobre modelos formativos de professores dos anos iniciais do Brasil e Portugal) no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - UL. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Especialista em Coordenação Pedagógica pela UEMA e Avaliação Educacional pela UFPI, Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Professora Efetiva do Departamento de Educação da UEMA/CESB - PF Assistente I. Trabalha como Coordenadora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Caxias. Experiências e Pesquisas realizadas nas áreas de formação inicial e continuada; profissionalização docente; curso de pedagogia; saberes docentes, práticas pedagógicas, avaliação da aprendizagem e educação de jovens e adultos. E-mail: <franclanecarvalhon@gmail.com>.



teaching. We believe that the university needs to rethink its practices, based on the actors performance that comprise itself in conjunction with other socio-cultural contexts, necessary for development of a human and complex culture , avoiding any form of segregation and compartmentalization of knowledge.

Keywords: Teacher Training. Educational Policy. University. Cognitive Justice. Teacher Professionalization.

LA NECESIDAD DE APRENDIZAJE DE LA DEMOCRACIA EN EL PROCESO DE FORMACIÓN DEL PROFESORADO

Resumen

Este artículo presenta una revisión de la literatura, con lo que algunas de las implicaciones en la formación del profesorado se centran en el conocimiento de que debe / puede ser prioridad en el contexto de formación, que se consolidó en mayor proporción en la práctica diaria profesional. Cuestiona el problema: ¿Cómo el conocimiento de la formación inicial puede contribuir al desarrollo de una práctica pedagógica consciente, perspectiva crítica, reflexiva y emancipadora en la profesionalización docente? El objetivo es reflexionar sobre la formación inicial de los profesores en los procesos de comprensión/apropiación de los conocimientos necesarios para la enseñanza. Se Cree que en la universidad es necesario repensar sus prácticas, basadas en el desempeño de los actores que lo conforman en conjunto con otros contextos socioculturales necesarias para el desarrollo de una cultura humana y compleja, evitando cualquier forma de segregación y compartimentación del conocimiento.

Palabras-clave: Formación del Profesorado. La Política Educativa. Universidad. La Justicia Cognitiva. La Profesionalización Docente.

INTRODUÇÃO

A formação de professores, seja ela inicial ou continuada, configura-se como essencial para o desenvolvimento da profissionalidade do indivíduo, quando se defronta com a realidade de praticar o que aprendeu no cotidiano de trabalho. Por isso, deve ser potencializada por meio de processos cognitivos críticos, reflexivos e estimulantes, embasadas não somente nas teorias (saberes), mas por meio da prática (fazeres). Eles se articulam em momentos oportunos e intencionais da prática profissional.

Trazemos, neste artigo, algumas reflexões em torno da formação inicial de professores, focalizando as compreensões que os sujeitos devem/podem ter em sua formação, e que alicerçará sua vida sócio profissional, tão importante para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, em perspectiva ampla, como contribui na ampliação das possibilidades de ação, do ponto de vista pessoal do sujeito.

Trata-se de um estudo bibliográfico, caracterizado por uma revisão de literatura, além de somar nossas compreensões/vivências/reflexões, as quais temos empreendido, paulatinamente, em nossa realidade social, profissional, cultural, etc., e que são instâncias indissociáveis na formação do indivíduo.

O presente estudo traz como problema: como os saberes da formação inicial podem contribuir para o desenvolvimento de uma prática pedagógica consciente, crítica, reflexiva e emancipatória na perspectiva da profissionalização docente?

Apresentamos, como objetivo geral, refletir acerca da formação inicial de professores quanto aos processos de compreensão/apropriação dos saberes necessários ao ensino. Enquanto objetivos específicos, consideramos pertinente (i) compreender como ocorre o processo de apropriação de saberes e fazeres relacionados às práticas pedagógicas cotidianas; (ii) analisar modelos de formação de professores, que contribuem para o desenvolvimento de habilidades e competências políticas relativas às questões educacionais.

Dividimos este artigo em três seções: a primeira constitui-se desta *introdução*, apresentando, em linhas gerais, o que trata o estudo, bem como os objetivos, métodos e problema construídos. Na segunda seção trazemos acerca do papel da universidade na formação de professores; a terceira tematiza acerca da democratização do saber enquanto justiça cognitiva; na quarta e última seção apresentamos as *considerações finais*, apontando as reflexões que chegamos, e o que o estudo pode trazer de contribuição para a formação de professores, políticas educacionais, e questões que versam sobre a área da educação, de modo geral.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: POLÍTICAS E PRÁTICAS EM DISCUSSÃO

A universidade, enquanto uma instituição que possui espaços, indivíduos, recursos e sujeitos preparados/adequados para atuar na formação de competências para com outros indivíduos, tem apresentado algumas fragilidades, ao ser responsável por desempenhar o seu papel.

Consideramos que a universidade pública é uma das mais importantes instituições, responsável para a construção e desenvolvimento da sociedade. Desta forma,

dissemina a cultura existente na humanidade, que perpassa tempos e territórios, ultrapassando fronteiras econômicas, políticas, sociais e culturais. Ela também contribui, em igual medida, para a construção e exercício da democracia, da emancipação e do progresso das ciências, que ficam relegadas a pequenos e estreitos muros, sem a necessária articulação/projeção com outros sujeitos, departamentos, instâncias, e sociedades, destituindo consideravelmente as possibilidades de avanço e desenvolvimento que poderia empreender. Diante do exposto, concordamos com Santos (2005, p. 59), ao enfatizar que “[...] A universidade pública é hoje um campo social muito fracturado e no seu seio digladiam-se sectores e interesses contraditórios”. Em detrimento dessa perspectiva, muitos avanços são evitados, porque os atores que compõem e fazem parte deste seguimento acabam priorizando determinadas questões, muitas das quais pessoais e específicas, sem o necessário envolvimento com a complexidade que o universo planetário possui e que estão disponibilizados na sociedade.

No que se refere à formação inicial de professores, esta enfrenta desafios e discrepâncias constantes na universidade. Uma das primeiras questões refere-se às políticas de formação, que seguem as instâncias hegemônicas do capitalismo global e aos interesses mercadológicos instituídos pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentre outros. Estes organismos *ditam* as regras, visando ao desenvolvimento da economia que deve ser gerado por meio da educação, por exemplo, perfazendo, portanto, uma dimensão quantitativa em termos de retornos satisfatórios. Assim, destituem outras possibilidades, que não estão em consonância com seus princípios, ou seja, as questões qualitativas são secundarizadas, embora todo e qualquer desenvolvimento deva dirigir-se para qualidade da educação; porém, atrelada a fatores econômicos.

Outros fatores mais específicos, que são de notória importância considerarmos na formação de professores, dizem respeito:

a) ao currículo de formação: este se apresenta, muitas vezes, fragmentado, sem atentar-se para questões contemporâneas e subjacentes aos contextos específicos de cada realidade, apresentando discordância com a realidade social da profissão e da prática docente, além de ser aligeirado, muito teórico e pouco impactante;

b) aos processos avaliativos desenvolvidos/aplicados: muitos dos quais são taxativos, repetitivos, classificatórios, conservadores e não contribuem para o desenvolvimento das habilidades e competências dos sujeitos em formação, além de não conseguirem alcançar o êxito desejado da aprendizagem, e isso repercute no desenvolvimento profissional.

c) a aproximação teoria/prática: acentua-se mais como um fosso na formação do que como reflexão, compreensão e associação entre os dois termos, necessários ao desenvolvimento profissional. Isto se deve porque, na formação, são trabalhadas muitas teorias, as quais estão desvinculadas e distantes da prática cotidiana que os professores poderiam enfrentar em sua atividade profissional. Desta forma, uma saída seria teorizar por meio da prática, e um processo dialógico travado entre universidade e escola, bem como em interação com outros espaços de formação e desenvolvimento profissional, buscando sanar esses conhecimentos que se apresentam de formas lacunares.

Estas e outras questões devem ser pauta de discussões e problematizações nos setores políticos, educacionais e sociais, visando a aprimorar o que não está em consonância com os princípios de uma educação de qualidade e, assim, adotar mecanismos de resolução efetivados nas instâncias de implementação de políticas públicas de formação e qualificação do professorado.

A produção das novas culturas, de novos saberes, fazeres e outras questões que se fazem presentes na prática profissional dos professores, precisam ser trabalhadas na universidade, no processo de formação, uma vez que esta é a instituição privilegiada para isso. Principalmente porque surgem continuamente novos cenários e questões para serem abordados/trabalhados pelos professores. Como podemos perceber,

A formação inicial é muito importante, já que o conjunto de atitudes, valores e funções que os alunos de formação inicial conferem à profissão será submetido a uma série de mudanças e transformações em consonância com o processo socializador que ocorre nessa formação inicial. É ali que se geram determinados hábitos que incidirão no exercício da profissão (IMBERNÓN, 2010, p. 57).

Como podemos perceber, a formação inicial é, pois, um processo de consolidação de saberes e fazeres que alicerçarão a prática profissional dos professores quando estiverem

atuando e, por isso, não poderá apresentar lacunas, pois inviabiliza um trabalho qualitativo na educação. Eis a importância de uma política de formação de professores, que seja consistente e que deve ser embasada na realidade de cada sujeito que passa por esta formação, para que, então, saiba agir nas urgências e incertezas que se defrontar em sua prática pedagógica cotidiana.

Tratar acerca da formação de professores é de fundamental importância na sociedade atual, principalmente porque, diante dos inúmeros desafios e novas questões que vão surgindo a todo o tempo e em escalas vertiginosas, é preciso que estes futuros profissionais saibam agir em perspectiva qualitativa, buscando contribuir para a construção de uma nova sociedade, que passa pela formação de indivíduos críticos, conscientes e reflexivos da realidade circundante. Diante deste contexto, destacamos as contribuições salutares de Nóvoa (2009, p. 12, grifos do autor), ao enfatizar que:

Os professores reaparecem, neste início do século XXI, como elementos insubstituíveis não só na promoção das *aprendizagens*, mas também na construção de processos de inclusão que respondam aos desafios da *diversidade* e no desenvolvimento de métodos apropriados de utilização das *novas tecnologias*.

Portanto, isto implica afirmar que, sem discussão e aprofundamento gerados na formação desses sujeitos e, inclusive, dando subsídios para a implementação de políticas públicas educacionais que favoreçam processos de consolidação de uma educação de qualidade, a se desenvolver no cotidiano da atuação de cada sujeito, não será possível construir uma sociedade democrática, que seja mais justa e igualitária, e a educação continua em uma redoma de atraso, que se torna um obstáculo ao desenvolvimento e progressos da ciência e, também, da humanidade.

Em virtude da formação de professores ser alvo de duras e pesadas críticas, muito é dito em comparação aos feitos, sobretudo quanto aos conteúdos e áreas do saber que são abordados/trabalhados na formação, que fogem ao contextos mais amplos. Eles trilham apenas as especificidades e peculiaridades de cada curso, perdendo, assim, a dimensão de totalidade. Um alerta é feito pela pesquisadora brasileira Bernadete Gatti (2013, p. 96) a esse respeito:

[...] Mesmo com ajustes parciais em razão do proposto nas novas diretrizes, verifica-se ainda nas licenciaturas a prevalência da histórica ideia de oferecimento de formação com foco na área disciplinar específica, com pequeno espaço para a formação pedagógica, para a atuação profissional que será exigida aos licenciandos ao adentrarem nas escolas e no seu espaço mais específico de trabalho, as salas de aula.

Nesse sentido, torna-se difícil os futuros professores obterem êxito em sua prática pedagógica, quando passam a enfrentar contextos os quais não tiveram formação/preparação para tal, e acabam, muitas vezes, negligenciando formas e saídas de resolução por não saberem agir, pois carregam o fosso da formação inicial.

Compreendemos que toda e qualquer mudança que possa acontecer na educação passa pela prática dos professores e esta, por sua vez, será tanto mais exitosa se cada indivíduo tiver recebido uma boa e consistente formação inicial. Por isso, a universidade tem um papel extremamente relevante, audacioso e complexo na formação de professores, que deve ser em perspectiva crítica, consciente, autônoma, política e emancipadora destes sujeitos. Para que esses princípios se efetivem, seria preciso, ainda, que houvesse uma reforma da universidade, como propõe, por um lado, Santos (2005), e por outro, Almeida (2013). Segundo mostra esta última autora,

[...] desalojar-se dos estreitos limites de um ensino marcado pela superespecialização para responder com competência aos complexos problemas políticos, ecológicos e sociais requer uma relação de diálogo com a sociedade a partir de outras linguagens, outras atividades, outros exercícios de vida (ALMEIDA, 2013, p. 29).

Esta inter-relação com outras linguagens, atividades e exercício de vida que propõe a autora, implicaria repensar a universidade e modificar suas relações e práticas. Isto seria possível pela atuação dos sujeitos que dela fazem parte, uma vez que estes mesmos sujeitos, ao invés de estabelecerem vínculos e interações com esses *outros* espaços e sujeitos, evitam e permanecem fechados em seu mundo científico e de conhecimentos que, muitas vezes, alimentam apenas a sua área e a contextos específicos, sem a inserção da sociedade como um todo. É preciso ressignificar o papel da universidade, como mola propulsora para o desenvolvimento da sociedade, começando pelas mentalidades que povoam esta instituição. A sociedade anseia por mudanças e espera contribuições de instituições que tem papel

fundamental para a construção de um mundo melhor, e a universidade configura-se como uma das mais importantes e necessárias instituições que possibilitam a (re)adequação de um novo quadro, com justiça e equidade social.

Compreendemos, ainda, que sem uma necessária revolução do campo científico global, no que se refere ao papel da universidade, não será possível construir uma sociedade melhor. Tampouco será possível fazer com que a formação de professores seja qualitativa, para que os futuros docentes saibam exercer um trabalho com dignidade, qualidade e emancipação necessárias ao desenvolvimento da educação na sociedade. Assim, recorreremos ao que consideramos pertinente no plano educacional, construir uma *globalização contra-hegemônica da universidade* (SANTOS, 2005), o que significa, em outras palavras, que:

[...] as reformas nacionais da universidade pública devem reflectir um projeto de país centrado em escolhas políticas que qualifiquem a inserção do país em contextos de produção e de distribuição de conhecimentos cada vez mais transnacionalizados e cada vez mais polarizados entre processos contraditórios de transnacionalização, a globalização neoliberal e a globalização contra-hegemônica [*sic*] (SANTOS, 2005, p. 55).

Diante do exposto, ressaltamos que somente por uma perspectiva de hibridização do conhecimento e da ação dos indivíduos na sociedade, ou seja, por uma mistura, ao mesmo tempo sistemática e complexa na sociedade de saberes e fazeres, é possível construir uma universidade democrática e participativa. Desta forma, será possível fazer escolhas e decisões plurais, e não unicamente e exclusivamente delimitando prioridades e privilégios, mas ultrapassando essa condição. Assim se oportunizará a criação de uma cultura, acima de tudo, de humanização e desenvolvimento das potencialidades humanas, em processos ricos e significativos no progresso da civilização. Por conseguinte, “[...] simplicidade, diálogo e abertura talvez configurem, juntos, o campo rizomático de um pensamento complexo capaz de provocar uma reforma da universidade e uma organização da cultura” (ALMEIDA, 2013, p. 26), a qual anseia por mudanças qualitativas para configurar um novo e fundamental quadro social humano possível e com sentido.

A DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER ENQUANTO JUSTIÇA COGNITIVA

Vivemos em uma sociedade que prega a autonomia, a liberdade e a participação do indivíduo nas decisões em diversas instâncias. Nesse sentido, os princípios que são explorados discursivamente pelos sujeitos, sobretudo nas dimensões políticas, são de uma sociedade democrática, em que todos têm direitos e deveres e, portanto, estes precisam ser respeitados na sua individualidade e receber o seu devido prestígio. No entanto, sabemos que a ideia de uma democracia social contradiz com a realidade, na medida em que poucos têm acesso aos bens culturais, os quais a sociedade possui em grande escala, mas que estão, infelizmente, ao usufruto de uma pequena parcela da sociedade.

Em matéria de conhecimento, a escola sempre foi e, ainda hoje, é segregadora e excludente. Os modelos de escolarização se desenvolvem há séculos, em uma perspectiva de uma educação de reprodução, e espera que os que *sabem mais*, que agem como os detentores do saber, repassem aos que *sabem menos*, que constituem a maioria da população e lutam, em uma busca incessante para saber um pouco mais, como forma de sair dos conflitos que enfrentam quanto às condições socioculturais, para obter sucesso social. Desse modo, salientamos que de nada adianta alguns anunciarem uma pseudodemocracia, à custa de seus interesses, como no caso da ideologia política, que prega essa questão e, na verdade, a realidade mostra outras facetas, totalmente gritantes e destoantes, as quais estamos habituados a viver/perceber no cotidiano da classe trabalhadora e da massa.

Ainda que existam inúmeras formas de apropriação e construção de saberes na sociedade, os indivíduos estão condicionados, muitas vezes, a realidades que privilegiam apenas alguns saberes, em detrimento de outros. Sendo assim, “é impossível democratizar um saber que, por sua própria natureza, é compartimentalizado e esoterizado” (MORIN, 2013a, p. 207), pois um saber democrático, ao contrário do que muitos pregam, não é aquele que é de fácil acesso ou qualquer um pode se apropriar, mas um saber que é capaz de entrelaçar-se a outros e, oriundos de diferentes culturas e perspectivas, que contribuem para estabelecer uma nova forma de perceber a realidade e modificá-la, pode ser adequada a qualquer contexto. Assim, não pode ser um saber que ocorra em uma especificidade que se enclausura, sem estabelecer qualquer ligação, porque engessa as possibilidades de construção de um mundo melhor: deve ser complexo, holístico e envolvente.

Estamos, aqui, considerando o saber como definição de “[...] um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação

profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais” (TARDIF, 2012, p. 36). Portanto, são saberes que se adquirem e se desenvolvem frutos da formação pessoal, profissional e social, travada em diversos contextos e para diferentes objetivos e finalidades, com as quais os sujeitos defrontam-se cotidianamente.

No que se referem aos saberes docentes, estes têm estreita relação com os espaços de formação inicial e continuada em sua construção identitária. Esta interdependência pode ser gerada por satisfações ou insatisfações, dependendo do nível e qualidade dos processos formativos propiciados na vida do professor, seja ele prático, ou que ainda vai iniciar na carreira profissional. Tardif (2012, p. 41) pontua que “[...] Os saberes relativos à formação profissional dos professores (ciências da educação e ideologias pedagógicas) dependem, por sua vez, da universidade e de seu corpo de formadores, bem como do Estado e de seu corpo de agentes de decisão e execução”. Estes agentes e setores de formação, então, têm responsabilidade e compromisso na contribuição para a formação de profissionais competentes e preparados para desenvolver um trabalho qualitativo do ponto de vista profissional. Eles utilizarão os saberes necessários ao ensino ou ao desenvolvimento de suas competências para as diferentes atividades e funções que lhe forem cabíveis, embora muitos profissionais, quando concluem a sua formação inicial, apresentem lacunas que trazem implicações negativas para o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais ao desenvolvimento da educação.

Para que um saber possa favorecer aos sujeitos, base e alicerce que fundamentarão suas práticas profissionais, é preciso, antes de tudo, que os saberes veiculados/socializados/construídos/desenvolvidos em sua formação e relações sócio profissionais partam da realidade existencial, articulados com a história, e os fundamentos ético-epistemológicos do conhecimento e da vida. Por isso, concordamos que

Um conhecimento não é mais pertinente porque contém um número de informações, ou porque é organizado da forma mais rigorosa possível sob uma forma matemática; ele é pertinente se souber situar-se em seu contexto e, mais além, no conjunto ao qual está vinculado (MORIN, 2013a, p. 197).

Esta perspectiva situa as compreensões acerca da realidade de cada sujeito, que passa a incorporar/viver a construção/criação de saberes, que vai em consonância com uma democracia cognitiva, a qual não apenas valoriza alguns saberes e os destina a apenas algumas

parcelas da sociedade, mas, ao contrário, entrecruza-se com os saberes existentes em diversos contextos e esferas, e permite ser acessível a todos.

Vivemos, atualmente, em uma sociedade constituída de inúmeros saberes oriundos de vários contextos. No entanto, muitos desses saberes não se transformam em conhecimento, mas apenas em informações, que pouco contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade melhor. Para isso, prioriza-se um saber refletir acerca da sociedade mobilizada por cada indivíduo. Essa ausência de reflexão tem causado muitas consequências nesta modernidade, pois muitas atitudes e fazeres acontecem de qualquer maneira, sem levar em consideração os aspectos negativos e positivos das ações tomadas, o que é nocivo para o processo de civilização com consciência que a humanidade anseia. Muitas dessas consequências são oriundas dos processos de evolução e massificação das mídias e tecnologias, geradas no âmbito da globalização exacerbada, e que têm alcançado diversos territórios em escalas vertiginosas no globo terrestre.

Diante dessas questões, enfatizamos que

[...] O crescimento das informações e a diversificação dos saberes são de tal monta que precisamos de instrumentos para transformar informações e saberes em conhecimento encadeado e integrado. [...]. O cidadão está despossuído. Essa despossessão do saber é extremamente mal compensada pela vulgarização mediática e, a partir de agora, isso coloca o problema capital da necessidade de uma democracia cognitiva (MORIN, 2013b, p. 73).

Apesar de a globalização ter trazido melhorias na sociedade, facilitando a vida das pessoas em vários aspectos, a forma como os instrumentos gerados por esse fenômeno são utilizados também tem gerado impactos negativos. As pessoas não têm utilizado conscientemente as ferramentas para se beneficiarem, do ponto de vista cognitivo e para além deste, em uma perspectiva humana, de compreender a realidade e nela intervir crítica, reflexiva e conscientemente.

Por isso, consideramos que é preciso, diante deste mundo tão complexo e cheio de acontecimentos inesperados e incertos, que exista a construção sólida de uma democracia cognitiva, que está em profunda crise na sociedade, a começar pelos processos de formação dos futuros profissionais que atuarão, em suas respectivas realidades, na formação e contribuição de outros sujeitos. Aqui ganha respaldo a formação de professores, os quais são

sujeitos que precisam cada vez mais possuir equilíbrio, centralidade e consciência para apresentarem e repassarem estas características aos sujeitos em formação por meio da educação escolar. Esta é a razão pela qual a educação configura-se como uma das principais dimensões de contribuição de um mundo melhor, e que uma democracia cognitiva representa, talvez, uma das mais importantes dimensões da formação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos, em suma, que de nada adianta discutirmos e elevarmos a formação de professores, se existem programas que não têm contribuído para que o professor possa desenvolver uma prática pedagógica qualitativa no cotidiano de ensino. Muitas questões são oriundas de lacunas que não são preenchidas, ou mesmo negadas na formação inicial. A universidade, enquanto instituição adequada e fundamental para o desenvolvimento de competências, tem mais estimulado a repetição e reprodução, do que a criatividade dos sujeitos. Assim, quando concluem alguma etapa da formação, acabam realizando as mesmas práticas, muitas vezes sem a necessária articulação com a realidade circundante com que atuam, por não possuir níveis de saberes em consonância com o contexto, e mesmo distantes da realidade.

A restituição de uma democracia cognitiva urge, nesses tempos de incertezas e profundas modificações na sociedade em todas as escalas, territórios e com diferentes proporções.

É preciso que haja um exercício constante dos profissionais do ensino, e dos demais envolvidos com a área da educação, para buscar mecanismos de apropriação e construção de novos saberes e, assim, utilizá-los para superar as desigualdades e qualquer forma de opressão, hegemonia e ideologia que queira se implantar e evitar os desenvolvimentos necessários à humanidade.

A formação de professores representa uma alternativa para pensar e empreendermos mudanças significativas na forma como estão sendo disseminados os saberes. É preciso, ainda, que saibamos construir uma nova universidade, mobilizando-nos em busca de uma reforma necessária, que ultrapasse fronteiras cognitivas e humanas, em busca do entrelaçamento com diferentes culturas, sujeitos e territórios, que parecem ser

questões essenciais para democratizar o saber, e evitar qualquer forma de engessamento para a cultura que está por vir, e que se inicia agora, no presente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. Reforma do pensamento e extensão universitária. In.: ALMEIDA, M. da C. X. de; GALENO, Alex (Orgs.). **Ensaio de complexidade**, 3. Natal, RN: EDUFRN, 2013.

GATTI, Bernadete. A prática pedagógica como núcleo do processo de formação de professores. In.: GATTI, B. et al. **Por uma política nacional de formação de professores**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. Tradução Silvana Cobucci Leite. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 14).

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução de Edgar de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013a.

_____. **Meus filósofos**. Traduzido por Edgar de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2013b.

NÓVOA, António. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v. 120).

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

RECEBIDO EM 21 DE JULHO DE 2015.

APROVADO EM 03 DE AGOSTO DE 2016.